

LES-380 - Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Questão Agrária

Texto resumo elaborado a partir do artigo:

MEDEIROS, Leonilde Servolo (2001). "Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros". In: Norma Giarraca. (Org.). *Una Nueva Ruralidad en America Latina?* Buenos Aires: Clacso.

Por Daniele Silva

A emergência da categoria agricultura familiar no cenário político brasileiro ocorre em meados da década de 1990, resultante das lutas e movimentos pelos direitos dos trabalhadores rurais. Para tratar desta emergência, convém retornar à história do sindicalismo dos trabalhadores rurais. Este último desempenha papel de defensor dos interesses dos trabalhadores rurais, constituindo a base da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), fundada em 1963. Trata-se de uma organização nacional de uma estrutura formada por sindicatos de trabalhadores rurais cuja unificação foi concebida como forma de fortalecimento das lutas dos agricultores e trabalhadores rurais. Suas principais pautas se referem aos direitos trabalhistas e à reforma agrária.

Com o golpe militar de 1964, a CONTAG sofreu muitas restrições para a defesa política dos trabalhadores rurais. Neste quadro, é um assistencialismo sindical que se desenvolve, implicando em falta de estímulo à organização e mobilização dos trabalhadores para lutar por seus direitos.

Uma postura mais combativa passa a se desenvolver no final dos anos de 1970, em particular com a ação da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, que contribuiu ao fortalecimento da oposição sindical. Esta última se fortalecia em razão das contradições "contaguianas" relativas a uma postura de negociação pelo alto, sem mobilização da base.

Com a democratização, houve o reconhecimento de novas identidades e formas organizativas, pois a CONTAG abrigava diferentes categorias de trabalhadores rurais: sem terra, "posseiros", "arrendatários", "foreiros", agricultores integrados. Cada grupo possui demanda específica. Desta forma, houve uma fragmentação da representação dos trabalhadores rurais.

É assim que nasce em 1984 o "Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra" (MST), que passa a ser a primeira voz em defesa da reforma agrária, impulsionando a desapropriação de grandes extensões de terras e a criação de assentamentos rurais. Inicialmente, o movimento era formado por pequenos proprietários ou arrendatários que sofreram expropriação e pauperização. Conforme

o MST ganhava voz e força, o número de ocupações e assentamentos¹ cresce, o movimento ganhando ampla dimensão.

As formas de ação do MST influenciam o sindicalismo da CONTAG. Desta maneira, o sindicalismo dos trabalhadores rurais passa, desde o início dos anos 1990, a investir na defesa de uma nova categoria, a agricultura familiar. Para tal, promove mais mobilização da base, representada sobretudo pela realização dos Gritos da Terra. Nasce assim na CONTAG a ideia de um projeto alternativo de desenvolvimento rural fundado no protagonismo dos agricultores familiares. Desde então, os temas sindicais passam a se associar com este projeto que incorpora questões relacionadas a gênero, geração, saúde, educação. Nesta evolução, o espaço local é cada vez mais uma esfera política importante de intervenção do sindicalismo dos trabalhadores rurais, notadamente com a disseminação de conselhos municipais de desenvolvimento rural.

¹ Convém salientar o estado de carência e de falta de estrutura da maioria dos assentamentos. As demandas das famílias assentadas por saúde, educação e apoio à produção são consideráveis, o que aliás leva a desencadear processos locais de participação política dos assentados.